

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Apresentação da 42ª edição</i>	XXIII
<i>Apresentação</i>	XXV

Procedimentos Especiais

Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 199 – Generalidades	
1.193 – Conceito.....	1
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais.....	2
1.195 – Técnicas de especialização procedimental.....	3
1.196 – Complementação das regras procedimentais.....	4
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais	5
1.198 – Erro na adoção do procedimento.....	5

Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 200 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199 – O direito de pagar	7
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor	8
1.201 – A ação de consignação em pagamento	8
1.202 – Histórico da consignação em pagamento.....	9
§ 201 – O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203 – Natureza do instituto da consignação.....	10
1.204 – Natureza processual da ação de consignação.....	11
1.205 – Prestações passíveis de consignação.....	11
1.206 – Cabimento da consignação	12
1.207 – Liquidez da prestação devida	13
1.208 – Consignação principal e incidental.....	16
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i>	17
1.210 – Competência	19
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida	20
1.212 – Oportunidade da consignatória	21
1.213 – Objeto da consignação	23
1.214 – Obrigação de prestações periódicas	24
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	24
1.216 – Quebra da seqüência de depósitos periódicos.....	25
1.217 – O procedimento especial da consignatória	26
1.218 – Obrigações alternativas.....	27
1.219 – Valor da causa	27

1.220 – Resposta do demandado.....	28
1.221 – Comparecimento do credor para receber.....	28
1.222 – Não-comparecimento e revelia do demandado.....	29
1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor.....	30
1.224 – Contestação.....	31
1.225 – Matéria de defesa.....	31
1.226 – Complementação do depósito insuficiente.....	32
1.227 – Sentença.....	34
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito.....	34
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida.....	35
1.230 – A posição dos possíveis credores.....	36
1.231 – Resgate da enfiteuse.....	37
1.231-a – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios.....	38
1.231-b – A consignação de obrigação em dinheiro.....	40
1.231-c – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	41

Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 202 – O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232 – Conceito e espécies de depósito.....	45
1.233 – Ação de depósito.....	46
1.234 – Histórico.....	47
1.235 – Natureza da ação.....	47
1.236 – Objeto da pretensão.....	48
§ 203 – O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237 – Pressupostos da ação.....	50
1.238 – Legitimação.....	51
1.239 – Competência.....	52
1.240 – Especialidade do procedimento.....	52
1.241 – Caráter expedito do procedimento.....	53
1.242 – Prisão civil.....	53
1.243 – Resposta do demandado.....	55
1.244 – Entrega da coisa.....	55
1.245 – Consignação do equivalente econômico.....	56
1.246 – Consignação da própria coisa.....	56
1.247 – Contestação.....	57
1.248 – Sentença e execução.....	58
1.249 – Outras providências executivas.....	59
1.250 – Depositário judicial.....	59
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural.....	60
1.252 – Alienação fiduciária em garantia.....	62

Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 204 – Títulos ao Portador	
1.253 – Tutela processual do título ao portador.....	65
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis.....	65
§ 205 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador.....	67
1.256 – Ação de reivindicação.....	67
1.257 – Ação de anulação e substituição.....	69
1.258 – Legitimação.....	69

1.259 – Competência	69
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	70
1.261 – Justificação liminar	70
1.262 – Contestação.....	71
1.263 – Posição processual do devedor	72
1.264 – Sentença.....	72
1.265 – Ordem de substituição do título	74
1.266 – Destruição do título	74

Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 206 – Generalidades	
1.267 – Conceito.....	79
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas.....	79
1.269 – Natureza jurídica.....	80
1.270 – Cabimento.....	81
1.271 – Legitimação e interesse	83
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais.....	84
1.273 – Sociedade e prestação de contas	85
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas	86
1.275 – Prestação de contas entre condôminos.....	87
1.276 – Organização das contas.....	87
1.277 – Prova das contas.....	87
§ 207 – Ação de Exigir Contas	
1.278 – Ação de exigir contas.....	89
1.279 – Procedimento da primeira fase.....	89
1.280 – Reconvenção.....	90
1.281 – Sentença da primeira fase	90
1.282 – Procedimento da segunda fase	91
1.283 – Contas elaboradas pelo autor.....	92
1.284 – Sucumbência.....	94
§ 208 – Ação de Dar Contas	
1.285 – Caráter unitário do procedimento	96
1.286 – Procedimento	96
1.287 – Sucumbência.....	98
§ 209 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288 – Sentença e execução	99

Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 210 – Generalidades	
1.289 – A posse e seus efeitos	103
1.290 – A razão da tutela possessória.....	104
1.291 – O instituto da posse e a paz social.....	105
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	107
1.293 – Natureza jurídica da posse.....	108
1.294 – Requisitos da tutela possessória	111
§ 211 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295 – Origem dos interditos possessórios.....	114

1.296 – As ações possessórias.....	115
1.297 – Competência	116
1.298 – Legitimação ativa	116
1.299 – Legitimação passiva.....	116
1.299-a – Petição inicial	117
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	118
1.301 – Medida liminar	118
1.302 – A decisão sobre a liminar	119
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos	120
1.304 – O petitório e o possessório	122
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório.....	124
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	126
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias	127
1.307-a – Liminar em favor do réu.....	128
1.308 – Natureza real das ações possessórias	130
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital	131
1.310 – Cumulação de pedidos	133
1.311 – Interdito proibitório	134
§ 212 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312 – Embargos de terceiro.....	135
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança	136
1.314 – Embargos de retenção	137
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide	137

Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 213 – Generalidades	
1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir	143
1.317 – Nunciação de obra nova	144
1.318 – Conceito de obra nova	146
§ 214 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319 – Competência	148
1.320 – Legitimação ativa	148
1.321 – Legitimação passiva.....	150
1.322 – Participação do cônjuge	150
1.323 – Embargo extrajudicial	150
1.324 – Cumulação de pedidos	151
1.325 – Embargo liminar	152
1.326 – Prosseguimento da obra	153
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova.....	154
1.328 – Sentença e execução	154

Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 215 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329 – Noção de usucapião	157
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro.....	157
1.331 – Requisitos gerais do usucapião	158
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário	163
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário	165

1.334 – Requisitos do usucapião especial.....	166
§ 216 – Condições de Procedibilidade	
1.335 – Legitimação ativa	168
1.336 – Legitimação passiva.....	170
1.337 – Competência	172
1.338 – Conexão e litispendência	173
§ 217 – Procedimento	
1.339 – Procedimento	174
1.340 – Petição inicial	174
1.341 – Citação	176
1.342 – Justificação preliminar.....	176
1.343 – Contestação.....	177
1.344 – Revelia.....	178
1.345 – Pendência de possessória.....	179
1.346 – Ministério Público	179
1.347 – Instrução e julgamento.....	179
1.348 – Sentença.....	180
1.349 – Coisa julgada	181
1.350 – Registro de Imóveis	181
1.351 – Usucapião como matéria de defesa	183

Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 218 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Intróito	185
1.353 – Noções gerais.....	185
1.354 – As ações divisórias.....	186
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	186
1.356 – Caráter unitário do procedimento	187
1.357 – Procedimento	188
1.358 – Citação única	188
1.359 – Natureza da ação.....	189
1.360 – Competência	190
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação.....	190
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente	191
§ 219 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório.....	192
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação.....	193
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória	194
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	195
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório	196
§ 220 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório	199
1.369 – Legitimação passiva para a divisão.....	201
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário	202
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão.....	203
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório.....	203
§ 221 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse	206

1.374 – Questões possessórias	207
1.375 – Coisa julgada	207
1.376 – Rescisão do julgado divisório	208
1.377 – Exceção de prescrição	209
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária).....	210
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório.....	211
1.380 – Inépcia da petição inicial	212
1.381 – Execução de sentença	213

Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 222 – Disposições Gerais	
1.382 – Intróito	219
1.383 – Caráter contencioso do inventário	220
1.383-a – Inventário e partilha por via administrativa	220
1.383-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial	222
1.383-c – Execução da partilha por via administrativa	224
1.384 – Inventário negativo	224
1.385 – Competência	225
1.386 – Universalidade do foro sucessório.....	226
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	226
1.388 – Administração da herança	227
1.389 – O inventariante.....	228
1.390 – Encargos do inventariante	229
1.391 – Remoção do inventariante.....	231
1.392 – Legitimação para promover o inventário.....	232
§ 223 – Inventário Judicial	
1.393 – Procedimento	234
1.394 – Petição inicial	234
1.395 – Primeiras declarações	234
1.396 – Citações e interveniências.....	235
1.397 – Impugnação dos citados	236
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	237
1.399 – Avaliação.....	238
1.400 – Últimas declarações.....	239
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	239
1.402 – Colações	240
1.403 – Sonogados.....	242
1.404 – Pagamento de dívidas do morto.....	242
§ 224 – Partilha	
1.405 – Espécies de partilha.....	244
1.406 – Partilha judicial. Deliberação	244
1.407 – Esboço e lançamento da partilha	246
1.408 – A sentença da partilha	247
1.409 – O formal de partilha.....	248
1.410 – Emenda ou retificação da partilha	248
1.411 – Pacto de não partilhar	249
§ 225 – Invalidação da Partilha	
1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha	252

1.413 – Conceituação de partilha judicial	252
1.414 – Conceituação de partilha amigável.....	254
1.415 – Casuísmo da rescisória de partilha	255
1.416 – Ação de nulidade de partilha	256
1.416-a – Ação de petição de herança.....	257
§ 226 – Arrolamento	
1.417 – Simplificação do inventário.....	259
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031.....	259
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036	261
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.1980	262
1.419-b – Inventário administrativo	262
§ 227 – Disposições Comuns	
1.420 – Medidas cautelares.....	263
1.421 – Sobrepartilha	264
1.422 – Curatela especial ao herdeiro.....	265
1.423 – Inventários cumulados	265
1.424 – Honorários de advogado	266
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa.....	266
1.426 – Assistência judiciária.....	267
1.427 – Terceiros prejudicados.....	267
Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro	
§ 228 – Generalidades	
1.428 – Conceito.....	275
1.429 – Natureza jurídica.....	276
1.430 – Requisitos	276
1.431 – Ato judicial atacável	278
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	279
1.433 – Casos especiais	280
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório	280
1.435 – Embargos do credor com garantia real.....	281
§ 229 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa	283
1.437 – Legitimação passiva.....	286
1.438 – Oportunidade	287
1.439 – Competência	287
1.440 – Procedimento	288
1.441 – Sentença.....	289
Capítulo LXVIII – Habilitação	
§ 230 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito.....	293
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação.....	294
1.444 – Competência	294
1.445 – Procedimento	294
1.446 – Ação de habilitação.....	294
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário	295
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação	295

1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal.....	296
-----------------------------------------------------------------	-----

Capítulo LXIX – Restauração de Autos

§ 231 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito.....	299
1.451 – Objetivo do procedimento.....	300
1.452 – Legitimidade.....	300
1.453 – Competência.....	300
1.454 – Procedimento.....	300
1.455 – Julgamento da restauração.....	301
1.456 – Autos extraviados no tribunal.....	301
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	302

Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 232 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458 – Conceito.....	305
1.459 – Procedimento da execução do preço.....	305
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa.....	306

Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral

§ 233 – Procedimento da Arbitragem	
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro.....	311
1.462 – Disposições gerais.....	312
1.463 – Convenção de arbitragem.....	313
1.464 – Cláusula compromissória.....	314
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória.....	314
1.466 – Execução da cláusula compromissória.....	315
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”.....	316
1.466-b – Direito intertemporal.....	317
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória.....	318
1.468 – Compromisso arbitral.....	319
1.469 – Extinção do compromisso arbitral.....	320
1.470 – Os árbitros.....	320
1.471 – O procedimento.....	321
1.472 – Medidas cautelares.....	322
1.472-a – Sentença arbitral.....	322
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral.....	323
1.472-c – Recursos.....	323
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral.....	323
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	324
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	326
1.472-g – Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	326

Capítulo LXXII – Ação Monitória

§ 234 – Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473 – Intróito.....	329
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo.....	329
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio.....	330
§ 235 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria.....	333
1.477 – O procedimento monitorio brasileiro.....	333

1.478 – Objeto	335
1.478-a – Competência.....	335
1.479 – Legitimidade ativa.....	336
1.480 – Legitimidade passiva	336
1.481 – Prova	338
1.482 – Procedimento	340
1.482-a – Monitória contra a Fazenda Pública.....	342
1.483 – Embargos à ação monitória	343
1.484 – Coisa julgada	344

Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 236 – Generalidades	
1.485 – Intróito	347
1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	348
1.486-a – Litigiosidade incidental	349
1.487 – A função do juiz	350
1.488 – Procedimentos.....	350

Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 237 – Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489 – Alienações judiciais.....	353
1.490 – Alienações cautelares.....	353
1.491 – Iniciativa da medida	354
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei.....	354
1.493 – Leilão.....	354
1.494 – Avaliação prévia.....	355
1.495 – Publicidade	355
1.496 – Arrematação.....	356
1.497 – Destino do produto da alienação	356
1.498 – Custódia do produto.....	356
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente	357
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha	357
1.501 – Bens de órfãos.....	358
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	358
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível	359
1.504 – Procedimento especial da adjudicação.....	360

Capítulo LXXV – Separação Consensual

§ 238 – Procedimento da Separação Consensual	
1.505 – Noções introdutórias.....	363
1.506 – Natureza jurídica.....	363
1.507 – Requisitos	364
1.508 – Legitimação	364
1.509 – Competência	364
1.510 – Petição inicial	365
1.511 – Procedimento	366
1.512 – Sentença de homologação	367
1.513 – Reconciliação do casal	367
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação	368

1.514-a – Separação consensual e divórcio consensual por via administrativa	368
1.514-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	370
1.514-c – Execução do acordo de separação ou divórcio ajustado por escritura pública	371

Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 239 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515 – Objetivo do procedimento	375
1.516 – Competência	376
1.517 – Procedimento	376
1.518 – Sentença.....	376
1.519 – Efeitos	377
1.520 – Busca e apreensão	377
1.521 – Testamento público	377
1.522 – Testamento particular	377
1.523 – Procedimento	378
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo	380
1.525 – Testamenteiro.....	380

Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança.....	383
1.527 – Competência	383
1.528 – Legitimação	384
1.529 – Procedimento	384
1.530 – A administração da herança jacente.....	385
1.531 – Habilitação	385
1.532 – Declaração de vacância.....	386

Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 241 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência.....	389
1.534 – Pressupostos	389
1.535 – Competência	389
1.536 – Fases do procedimento	390
1.537 – Procedimento da primeira fase	390
1.538 – Procedimento da sucessão provisória.....	390
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva	391

Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 242 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito.....	395
1.541 – Legitimação	395
1.542 – Competência	395
1.543 – Cabimento.....	396
1.544 – Procedimento	396

Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 243 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição.....	399

1.546 – Legitimado passivo	399
1.547 – Competência	399
1.548 – Legitimidade para promover a interdição	400
1.549 – Petição inicial	400
1.550 – Procedimento	401
1.551 – Sentença.....	402
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando.....	402
1.553 – Rescisória.....	402
1.554 – Levantamento da interdição	403
1.555 – Investidura dos curadores	403
1.556 – Remoção de curador	403
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	404
 Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações	
§ 244 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558 – Conceito de fundação	407
1.559 – Procedimento da instituição da fundação.....	407
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro	408
1.561 – Alteração do estatuto.....	408
1.562 – Extinção da fundação.....	409
 Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal	
§ 245 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal.....	413
1.564 – Competência	414
1.565 – Legitimação	414
1.566 – Procedimento	414
1.567 – Bens insuficientes	415
1.568 – Especialização negocial	415
1.569 – Eficácia da hipoteca	415
 Parte XVIII – Juizado Especial Civil	
 Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça	
§ 246 – Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Intróito	417
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?.....	418
1.572 – O Juizado Especial Civil	419
1.573 – Criação do Juizado Especial	420
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	420
1.575 – Princípios informativos.....	420
1.576 – Princípio da oralidade	421
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	421
1.578 – Conciliação.....	422
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial	423
§ 247 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência	424
1.581 – Foro competente	424
1.582 – Competência para execução forçada	425

1.583 – Limitações à competência.....	425
1.584 – O órgão julgante.....	425
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz.....	426
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores.....	426
1.587 – O juízo arbitral.....	427
§ 248 – Partes	
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i>	428
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i>	428
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	429
1.591 – Intervenção do Ministério Público.....	429
§ 249 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma.....	431
1.593 – O procedimento.....	431
1.594 – A propositura da ação.....	432
1.595 – Citações e intimações.....	432
1.596 – Requisitos da citação.....	433
1.597 – Intimações.....	433
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	433
1.599 – A resposta do réu.....	434
1.600 – As provas.....	435
§ 250 – A Sentença e os Recursos	
1.601 – A sentença.....	436
1.602 – Recursos.....	436
1.602-a – Mandado de Segurança.....	438
1.603 – Extinção do processo.....	439
§ 251 – Execução e Disposições Especiais	
1.604 – Execução forçada.....	440
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil.....	441
1.606 – Curadorias e assistência judiciária.....	442
1.607 – Acordos extrajudiciais.....	442
1.608 – Ação rescisória.....	442
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais.....	442

Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal

§ 252 – As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal.....	445
1.611 – Disciplina legal.....	445
1.612 – Princípios informativos.....	445
1.613 – Competência absoluta.....	446
§ 253 – Órgão Julicante	
1.614 – Composição do órgão julgante.....	447
1.615 – Sessão de conciliação.....	447
1.616 – Competência.....	447
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais.....	447
§ 254 – Partes	
1.618 – Legitimação.....	449

1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	449
1.620 – Ministério Público.....	449
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	449
§ 255 – Atos Processuais e Procedimento	
1.622 – Princípios.....	451
1.623 – Atos de comunicação processual.....	451
1.624 – Uso de meios eletrônicos.....	451
1.625 – Prazos.....	452
1.626 – Petição Inicial.....	452
1.627 – Resposta.....	452
1.628 – Exceções.....	452
1.629 – Sessão de conciliação.....	452
1.630 – Instrução probatória.....	453
1.631 – A sentença e as máximas de experiência.....	453
1.632 – Reexame necessário.....	454
§ 256 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial.....	455
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário.....	455
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência.....	456
§ 257 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução.....	457
1.637 – Medidas cautelares.....	457
1.638 – Antecipação de tutela.....	458
Capítulo LXXXV – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública	
§ 258 – As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios	
1.638-a – A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	461
1.638-b – Disciplina legal.....	461
1.638-c – Competência absoluta.....	462
§ 259 – Órgão judicante	
1.638-d – Composição do órgão judicante.....	463
1.638-e – Competência.....	463
§ 260 – Partes	
1.638-f – Legitimação.....	465
1.638-g – Ministério Público.....	465
1.638-h – Representação das partes.....	465
§ 261 – Atos processuais e procedimento	
1.638-i – Atos de comunicação processual e prazos.....	466
1.638-j – Petição inicial, citação e resposta.....	466
1.638-k – Audiência de conciliação.....	466
1.638-l – Instrução probatória.....	467
1.638-m – Sentença e recurso de ofício.....	467
1.638-n – Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	467
§ 262 – Sistema recursal	
1.638-o – Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	468

1.638-p – Uniformização de jurisprudência	468
1.638-q – Causas repetitivas	469
1.638-r – Medidas de urgência	469
§ 263 – Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	
1.638-s – Cumprimento da sentença	470
1.638-t – Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa	470
1.638-u – Obrigações de quantia certa	470

**Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados
fora do Código de Processo Civil**

Capítulo LXXXVI – Ações Constitucionais

§ 264 – A Constituição e o Processo	
1.639 – O direito processual constitucional	473
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional	473
§ 265 – Mandado de Segurança	
1.641 – Conceito	475
1.642 – Natureza da ação	475
1.643 – Legitimação ativa	476
1.644 – Legitimação passiva	476
1.644-a – Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança	479
1.645 – Ato de autoridade judicial	479
1.645-a – Ato sujeito a recurso administrativo	480
1.646 – Litisconsórcio	480
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo	481
1.648 – Procedimento	481
1.648-a – Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante	482
1.649 – Liminar	482
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	484
1.651 – Competência	485
1.651-a – Desistência do mandado de segurança	486
1.652 – Sentença e coisa julgada	486
1.652-a – Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009	487
§ 266 – Mandado de Segurança Coletivo	
1.653 – Conceito	491
1.653-a – Direitos coletivos e direitos difusos	491
1.654 – Legitimação ativa	492
1.655 – Legitimação passiva	493
1.656 – Procedimento e competência	494
1.656-a – Liminar	494
§ 267 – Mandado de Injunção	
1.657 – Conceito	496
1.658 – Objeto	496
1.659 – Pressupostos	497
1.660 – Legitimação	498
1.661 – Competência	498
1.662 – Procedimento	499
§ 268 – <i>Habeas Data</i>	
1.663 – Conceito	501

1.664 – Natureza jurídica	501
1.665 – Legitimidade e interesse	502
1.666 – Objeto do <i>habeas data</i>	502
1.667 – Competência	503
1.668 – Procedimento	503
1.669 – Cumprimento da sentença	504
1.670 – Coisa julgada	504
§ 269 – Ação Popular	
1.671 – Conceito	506
1.672 – Requisitos	506
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular	507
1.674 – Legitimação	507
1.675 – Procedimento	508
1.676 – Sentença	508
1.677 – Coisa julgada	509
1.678 – Execução	509
1.678-a – Prescrição	509
Capítulo LXXXVII – Ações Coletivas	
§ 270 – Ação Civil Pública e outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico	511
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo	512
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	512
1.681-a – Objeto da ação civil pública	513
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC	514
1.683 – Legitimação	515
1.683-a – Ação coletiva por meio de associação	516
1.683-b – Ações coletivas promovidas por sindicatos	517
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos	518
1.684-a – Inquérito civil	521
1.685 – Competência	522
1.686 – Procedimento	522
1.687 – Liminar	522
1.688 – Coisa julgada	523
1.689 – Execução	524
Capítulo LXXXVIII – Ações Locatícias	
§ 271 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais	527
1.691 – Tramitação durante as férias forenses	528
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i>	528
1.693 – Valor da causa	528
1.694 – Atos de comunicação processual	529
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	529
§ 272 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza	531
1.697 – A força executiva do procedimento	532
1.698 – A liminar na ação de despejo	533
1.699 – Legitimação	534

1.700 – Documentação da petição inicial.....	534
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	535
1.702 – Denúncia vazia.....	535
1.703 – Denúncia cheia	536
§ 273 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento.....	538
1.705 – Conseqüência da cumulação de pedidos.....	538
1.706 – Purga da mora	539
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora	540
1.708 – Purga da mora e contestação	540
§ 274 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária.....	543
1.710 – Execução forçada	543
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	544
1.712 – Execução provisória e caução	544
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário.....	545
§ 275 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento.....	546
1.715 – Legitimação	546
1.716 – Pressupostos	547
1.717 – Procedimento	547
1.718 – Petição inicial	547
1.719 – Depósito judicial	547
1.720 – Prestações vincendas.....	548
1.721 – Revelia.....	548
1.722 – Contestação.....	548
1.723 – Reconvenção.....	548
1.724 – Complementação do depósito após a contestação.....	549
1.725 – Levantamento do depósito.....	549
§ 276 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento.....	551
1.727 – Natureza	551
1.728 – Legitimação	551
1.729 – Procedimento	551
1.730 – Petição inicial	552
1.731 – Aluguel provisório.....	553
1.732 – Contestação.....	554
1.733 – Sentença.....	554
1.734 – Verbas de sucumbência	555
1.735 – Execução de sentença	555
1.736 – Acordo de desocupação	555
§ 277 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento.....	557
1.738 – Natureza jurídica.....	558
1.739 – Legitimação	558
1.740 – Procedimento	559
1.741 – Petição inicial	559
1.742 – A defesa do locador.....	562

1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	562
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação	562
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	56
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução	563
1.747 – Retomada para uso próprio	564
1.748 – Aluguel provisório	564
1.749 – Sentença	564
1.750 – Sentença de retomada	565
1.751 – Execução de sentença	566
1.752 – Indenização de perdas e danos	567
 Capítulo LXXXIX – Ações Decorrentes de <i>Leasing</i> e Alienação Fiduciária	
§ 278 – Alienação Fiduciária em Garantia	
1.753 – Introdução	569
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	570
1.755 – Busca e apreensão	570
1.756 – Ação de depósito	572
1.757 – Ação de execução	573
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	573
§ 279 – Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	
1.759 – Noção de arrendamento mercantil	579
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i>	579
 <i>Bibliografia</i>	 583
<i>Índice Onomástico</i>	593
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	597
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	619